

Ferrovias Transnordestina Logística S.A.
Demonstrações Financeiras encaminhadas à ANTT, referentes ao
exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores, Conselheiros e Acionistas da
FTL - Ferrovia Transnordestina Logística S.A.
Fortaleza – CE

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da FTL - Ferrovia Transnordestina Logística S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da FTL - Ferrovia Transnordestina Logística S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro *International Financial Reporting Standards* (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção “Responsabilidades do auditor independente pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos atenção para a Nota Explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, que indica que a Companhia incorreu no prejuízo de R\$ 39.124 mil durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, e, nessa data, o passivo circulante da Companhia excedeu o total do ativo circulante em R\$ 66.004 mil. Esses eventos ou condições, em conjunto com outros assuntos descritos na Nota Explicativa nº 1, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Ênfase

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 9 às demonstrações financeiras, a Companhia mantém transações envolvendo montantes relevantes com as empresas Transnordestina Logística S.A. e a Companhia Siderúrgica Nacional, parte relacionada controladora da Companhia, respectivamente, representadas principalmente por contratos de mútuo e de cessão de créditos, efetuados com base em condições negociadas entre a Companhia e as respectivas empresas. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Os Principais Assuntos de Auditoria (“PAA”) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre estas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre estes assuntos. Além do assunto descrito na seção “Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional”, determinamos que os assuntos descritos a seguir são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

Valor recuperável do ativo imobilizado

Nota Explicativa nº 10.

Motivo pelo qual o assunto foi considerado um PAA

O imobilizado é o ativo mais representativo da Companhia, sobre o qual em períodos anteriores, a Administração identificou indicadores de sua não recuperabilidade, e assim, procedeu com os testes de recuperabilidade destes ativos, que confirmaram esta questão, resultando no registro de uma provisão para redução ao valor recuperável que em 31 de dezembro de 2018, foi estimada no montante de R\$ 279.991 mil.

Os testes efetuados pela Companhia requerem o exercício de julgamentos relevantes sobre determinadas premissas, tais como estimativa de taxas de crescimento, de margens operacionais, dos fluxos de caixa futuros e das taxas de descontos desses fluxos de caixas. Devido às incertezas inerentes ao processo de determinação das estimativas que são a base para o reconhecimento da provisão para não recuperabilidade, bem como o fato de qualquer mudança nas estimativas poderá impactar de forma relevante o montante desses ativos e, conseqüentemente, as demonstrações financeiras como um todo, consideramos esse assunto novamente significativo no exercício corrente para a nossa auditoria.

Como o assunto foi tratado na auditoria das demonstrações financeiras. Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- Avaliações e entendimentos dos processos, controles operacionais e projeções de fluxos de caixa futuros incluídas no teste de recuperabilidade preparado pela Companhia;
- Com o apoio dos nossos especialistas em finanças corporativas avaliamos as projeções e avaliação econômica e financeira, a metodologia de cálculo, as premissas e abordagem técnica utilizada no estudo que suportam as análises de recuperabilidade. Comparamos informações externas com expectativas de mercado, bem como efetuamos a comparação das informações internas com expectativas de anos anteriores e outras informações históricas;
- Discussões com a administração sobre os critérios utilizados para determinação dos fluxos de caixa e esclarecimentos quanto a determinadas premissas utilizadas nos cálculos;
- Realizamos uma análise de sensibilidade sobre essas premissas;
- Verificamos a razoabilidade da divulgação efetuada pela Companhia.

Com base na abordagem de auditoria e nos procedimentos efetuados, entendemos que os critérios e premissas adotados pela Companhia para avaliação da recuperabilidade e a divulgação das estimativas relacionadas foram adequados no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos ou expressaremos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparentam estar distorcidas de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as e as práticas contábeis adotadas no Brasil e com normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração destas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor independente pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

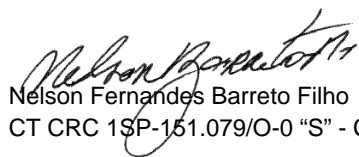
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos alguma que lei ou regulamento tenha proibido a divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Recife, 26 de março de 2019



Nelson Fernandes Barreto Filho
CT CRC 1SP-151.079/O-0 "S" - CE

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC 2SP-025.583/O-1 "S" - CE



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
2018

Originalmente criada com o nome de Companhia Ferroviária do Nordeste S.A (CFN), em 1º de janeiro de 1998 a companhia incorporou os ativos existentes e o direito de concessão da antiga Rede Ferroviária Federal (RFFSA) referente à malha Nordeste. Em 2008, a razão social da CFN mudou para Transnordestina Logística S.A. (TLSA) e em dezembro de 2013 ocorreu a Cisão entre as empresas dando origem as empresas Ferrovia Transnordestina Logística (FTL) e TLSA.

FTL – Ferrovia Transnordestina Logística S.A.

1.Contexto Operacional

A Ferrovia Transnordestina Logística S.A. ("FTL") é uma Companhia registrada na CVM e tem sua sede na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, Brasil. A Companhia é controlada direta da CSN – Companhia Siderúrgica Nacional S.A. ("CSN") que detém 90,78% do seu capital social, seguida pela empresa Taquari Participações S.A detentora de 9,22%.

Na sua área geográfica de atuação, a FTL é prestadora de serviços relevantes no setor de logística de carga geral, com ênfase no transporte ferroviário de granéis líquidos e outros granéis sólidos, oferecendo uma solução integrada de transporte, armazenagem e embarque. Atualmente a FTL possui malha ferroviária operacional que conecta os estados do Maranhão, Piauí e Ceará ao longo de 1.191 quilômetros. Os demais trechos ferroviários, que compõem a Concessão nos Estados do Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas, e estão com tráfego suspenso, se encontram em processo de negociação para sua devolução junto a ANTT e DNIT.

Atualmente, a FTL conta com sete terminais multimodais operacionais, incluindo os importantes terminais de Itaqui no Maranhão, Pecém e Fortaleza no estado do Ceará, são locais estratégicos para a sua atuação devido à proximidade com seus clientes e também com a malha rodoviária e ferroviária.

Os comentários a seguir referem-se aos resultados do exercício de 2018.

As demonstrações financeiras intermediárias foram revisadas por auditores externos.

PRINCIPAIS DESTAQUES

Para o exercício de 2018 na FTL, vale destacar:

- Receita Bruta de R\$ 153,1 milhões;
- Receita Bruta Ferroviária de R\$ 99,2 milhões;
- Receita Líquida de R\$ 123,4 milhões;
- Em relação à TKU (tonelada útil por quilômetro) o volume realizado foi de 606 milhões;
- Quanto à TU (tonelada útil) transportada, o volume realizado foi de 2.632 mil toneladas;
- A boa negociação nas tarifas do Direito de Passagem, somado à performance do volume trafegado, apresentou um resultado superior ao mesmo período de 2017 em R\$ 6,0 milhões o que corresponde a 14,4%, totalizando R\$ 47,8 milhões;
- As Receitas Alternativas somaram R\$ 6,1 milhões em 2018;
- Destaque para a realização do EBITDA positivo em 2018 de R\$ 11,7 milhões.

DESEMPENHO COMERCIAL

A Receita Bruta em 2018 totalizou R\$ 153.115 mil, para um total de 606.197 mil TKU e 2.632 mil TU. Os segmentos de Combustível e Construção foram os que mais se destacaram, tendo sido responsáveis por 82% da TKU transportada. No mesmo período em 2017 a Receita Bruta totalizou R\$ 146.033 mil o que representa um aumento de 5%.

PREÇOS

O preço médio dos produtos transportados, que é o total da Receita Bruta Ferroviária, dividido pelo volume (TKU), sofreu uma variação positiva de 6,6%, saindo de R\$ 153,59 em 2017 para R\$ 163,72 em 2018.

ANÁLISE DA RECEITA DE TRANSPORTE POR SEGMENTO

Em relação à receita faturada, os segmentos que se destacaram principalmente em 2018 foram: Combustível, Construção e Celulose.

No segmento de Combustível são transportados óleo diesel e gasolina, que juntos totalizaram em 2018 273.023 mil TKU (282.723 mil TKU em 2017). A ROB para este segmento foi de R\$ 54.456 mil (R\$ 51.358 mil em 2017), que representa um aumento de 6%.

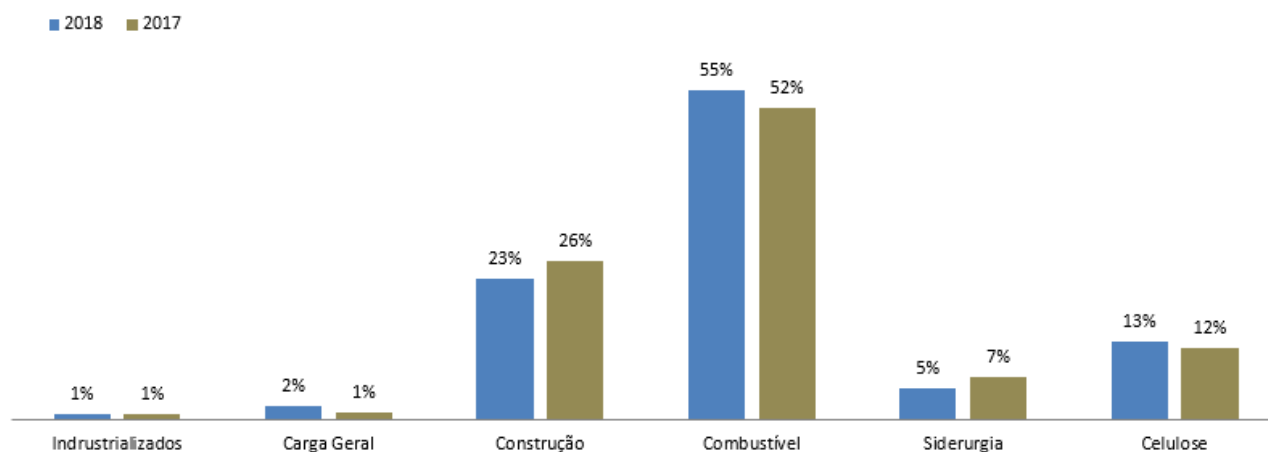
O destaque no segmento de Construção é o transporte de cimento, clínquer e Escória granulada de alto forno. Esse segmento movimentou em 2018 222.641 mil TKU (249.493 mil TKU em 2017). A ROB para este foi de R\$ 23.244 mil (R\$ 25.832 mil em 2017), que representa em redução de 10%.

O segmento de celulose movimentou em 2018 8.135 mil TKU (8.155 mil TKU em 2017). A ROB para este segmento foi de R\$ 12.981 mil (R\$ 12.379 em 2017), representando um aumento de 5%.

O transporte no segmento de Siderurgia movimentou em 2018 59.365 mil TKU (80.700 mil TKU em 2017), equivalente a uma receita de R\$ 5.354 mil em 2018 (R\$ 7.063 mil em 2017), resultando em uma variação negativa de 24%.

O segmento de Carga Geral que faz o transporte de container, pallet, adubos e fertilizantes alcançou em 2018 uma ROB de R\$ 2.268 mil enquanto que em 2017 totalizou R\$ 724 mil.

O gráfico a seguir mostra a participação de cada segmento na Receita Bruta de Transporte Ferroviário.



CUSTOS

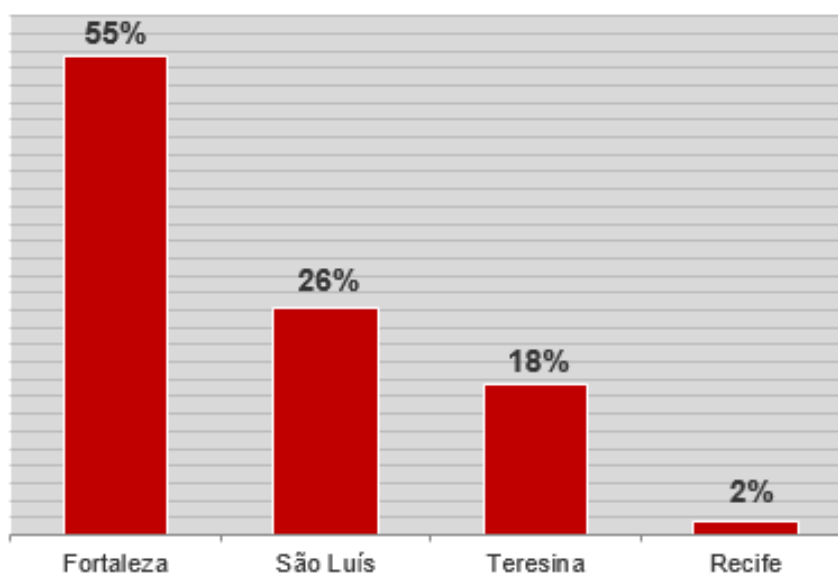
O custo do serviço prestado (CSP) sem depreciação totalizou R\$ 94.348 mil em 2018, o que representa um aumento de 13% se comparado ao ano de 2017 que totalizou R\$ 83.552 mil.

INVESTIMENTOS

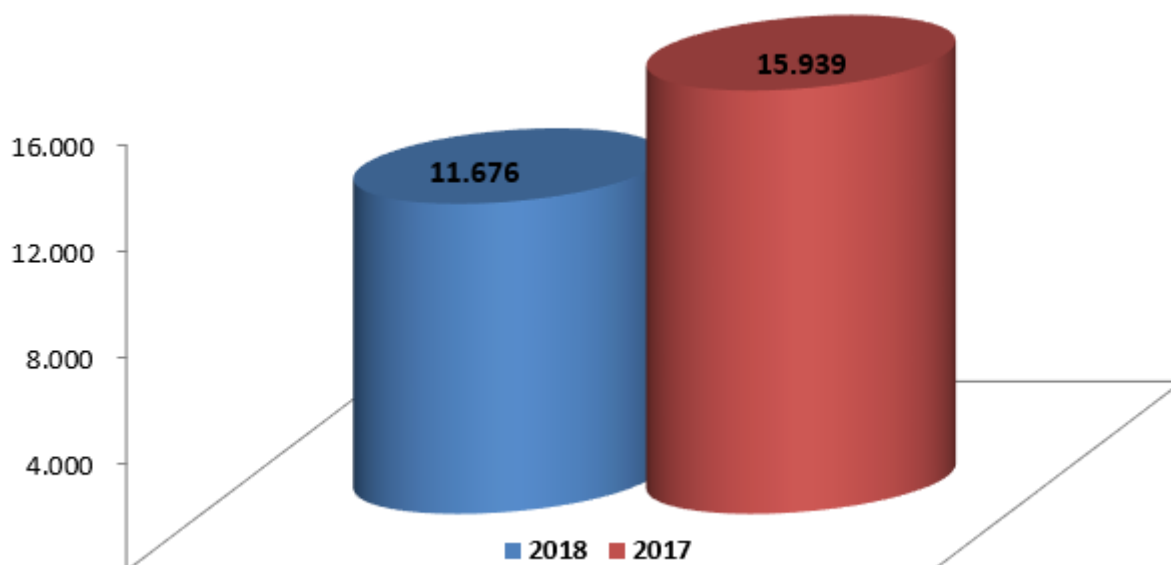
A FTL continuou firme no propósito de recuperar a malha ferroviária através de investimentos. Em 2018 foi investido em continuidade ao plano de recuperação da malha o montante de R\$ 34,7 milhões. Tais valores foram aplicados principalmente na recuperação de superestrutura da Via Permanente através da aplicação de Dormentes, Brita para Lastro e trilhos. Com relação aos investimentos em máquinas e equipamentos, houve a revitalização de algumas locomotivas e diversos vagões, bem como aquisição das Máquinas Hidro lavadora e Solda Retificadora, importantes equipamentos voltados para lavagem e reparos em truques.

PESSOAL

Total 1.008 Colaboradores



A empresa possui em 2018 1.008 colaboradores distribuídos nas suas filiais de acordo com o gráfico acima. No ano de 2017 esse número foi de 948 colaboradores.

DESEMPENHO FINANCEIRO
Gráfico do EBITDA Ajustado


Em R\$ mil	2018	2017
Prejuízo do Período	(39.124)	(85.243)
(+) Tributos sobre o Lucro	-	-
(+) Despesas Financeiras líquidas das receitas financeiras	3.590	(3.791)
(+) Depreciações, amortizações e exaustões	38.066	88.318
LAJIDA (EBITDA)	2.532	(716)
(+) Outras receitas (despesas) operacionais	9.144	16.655
LAJIDA Ajustado (EBITDA Ajustado)*	11.676	15.939

*A companhia divulga seu EBITDA ajustado, excluindo outras receitas (despesas) operacionais, por entender que não devem ser consideradas no cálculo da geração recorrente de caixa operacional.

O EBITDA ajustado, que representa o Lucro antes da depreciação, encargos financeiros, impostos e outras receitas (despesas) operacionais, atingiu o valor de R\$ 11.676 mil positivos em 2018. No exercício de 2017 o EBITDA ajustado foi de R\$ 15.939 mil positivos.

O Lucro Bruto, que é a diferença entre Receita Líquida e Custos, alcançou o valor de R\$ 2.693 mil negativos em 2018 incluída a depreciação. No mesmo período em 2017 o Lucro Bruto foi de R\$ 49.982 mil negativos.

RELACIONAMENTO COM AUDITORES EXTERNOS

Os auditores só prestaram serviços de auditoria externa.

FTL - FERROVIA TRANSNORDESTINA LOGÍSTICA S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Em milhares de reais - R\$ mil)

ATIVOS	Nota explicativa	31/12/2018	31/12/2017	PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	31/12/2018	31/12/2017
CIRCULANTES				CIRCULANTES			
Caixa e equivalentes de caixa	4	5.842	5.889	Fornecedores	11	16.527	16.217
Contas a receber de clientes e outros créditos	5	10.336	7.801	Empréstimos e financiamentos	14	16.928	17.719
Estoques	6	8.719	6.179	Receita diferida	16	761	-
Impostos a recuperar	7	9.545	8.870	Impostos e contribuições a recolher		9.581	6.935
Despesas antecipadas	8	1.983	2.281	Outras contas a pagar	13	16.091	12.794
Outras contas a receber		1.755	1.424	Partes relacionadas	9	13.652	3.142
Total dos ativos circulantes		38.180	32.444	Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	15	24.199	26.538
				Adiantamento de clientes	12	6.445	5.923
				Total dos passivos circulantes		104.184	89.268
NÃO CIRCULANTES				NÃO CIRCULANTES			
Contas a receber de clientes e outros créditos	5	3.706	3.688	Empréstimos e financiamentos	14	6.861	23.622
Depósitos judiciais		21.206	22.821	Receita diferida	16	5.079	6.602
Partes relacionadas	9	132.821	159.662	Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	15	3.415	3.292
Impostos a recuperar	7	12.764	12.174	Outras contas a pagar	13	1.533	2.768
Imobilizado	10	227.119	229.778	Adiantamento para futuro aumento do capital	9	13.322	26.777
Intangível	10	2.093	748	Total dos passivos não circulantes		30.210	63.061
Total dos ativos não circulantes		399.709	428.871				
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
				Capital social	17	464.431	430.798
				Prejuízos acumulados		(160.936)	(121.812)
				Total do patrimônio líquido		303.495	308.986
TOTAL DOS ATIVOS		437.889	461.315	TOTAL DOS PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		437.889	461.315

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FTL - FERROVIA TRANSNORDESTINA LOGÍSTICA S.A.
 DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
 (Em milhares de reais - R\$ mil)

	Nota <u>explicativa</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
RECEITA DE SERVIÇOS - LÍQUIDA	18	123.364	114.878
CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS	19	<u>(126.057)</u>	<u>(164.860)</u>
PREJUÍZO BRUTO		(2.693)	(49.982)
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS			
Despesas administrativas e gerais	19	(15.465)	(15.807)
Despesas com vendas	19	(3.828)	(1.580)
Outras receitas e despesas operacionais	19	(13.548)	(21.665)
RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<u>(35.534)</u>	<u>(89.034)</u>
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras	20	10.565	18.930
Despesas financeiras	20	(14.155)	(15.139)
		<u>(3.590)</u>	<u>3.791</u>
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO		(39.124)	(85.243)
Imposto de renda e contribuição social		-	-
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		<u>(39.124)</u>	<u>(85.243)</u>
Prejuízo básico/diluído por lote de mil ações		(0,0843)	(0,1958)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FTL - FERROVIA TRANSNORDESTINA LOGÍSTICA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Em milhares de reais - R\$ mil)

	<u>Nota explicativa</u>	<u>Capital social</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016		430.798	(36.569)	394.229
Prejuízo do exercício		-	(85.243)	(85.243)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017		<u>430.798</u>	<u>(121.812)</u>	<u>308.986</u>
Aumento de capital	17	33.633	-	33.633
Prejuízo do exercício		-	(39.124)	(39.124)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018		<u>464.431</u>	<u>(160.936)</u>	<u>303.495</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FTL - FERROVIA TRANSNORDESTINA LOGÍSTICA S.A.
 DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
 (Em milhares de reais - R\$ mil)

	Nota explicativa	31/12/2018	31/12/2017
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Prejuízo do exercício		(39.124)	(85.243)
Ajustes para reconciliar o prejuízo do exercício com o caixa líquido aplicado nas atividades operacionais:			
Depreciações e amortizações	10	38.066	88.318
Variações monetárias e juros - líquido		(7.185)	(12.415)
Provisão para contingências	15	2.016	8.159
Apropriação de receita diferida		(762)	1.513
Apropriação de seguros		1.791	1.564
Baixa de custo de transação de empréstimo	14	3	62
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	5	2.574	223
Perdas estimadas em estoques	6	664	512
Valor residual de ativo imobilizado baixado		-	1.346
(Aumento) redução nos ativos e passivos operacionais:			
Contas a receber de clientes e outros créditos		(5.128)	(4.071)
Estoques		(3.204)	2.436
Depósitos judiciais		(2.617)	(6.307)
Impostos a recuperar		(1.265)	4.103
Outras contas a receber		(331)	(675)
Despesas antecipadas		(1.493)	(3.062)
Partes relacionadas		36.650	24.262
Fornecedores		(5.380)	1.457
Adiantamento de clientes		522	430
Outras contas a pagar		2.062	(2.761)
Partes relacionadas a pagar		10.510	7.116
Impostos e contribuições a recolher		2.646	2.087
Juros pagos	14	(2.459)	(3.722)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		<u>28.556</u>	<u>25.332</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisição de imobilizado	10 e 23	<u>(31.062)</u>	<u>(39.170)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		<u>(31.062)</u>	<u>(39.170)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Captação de AFAC com a controladora	9	20.178	21.296
Amortização de financiamentos com o BNDES	14	<u>(17.719)</u>	<u>(17.574)</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		<u>2.459</u>	<u>3.722</u>
REDUÇÃO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>(47)</u>	<u>(10.116)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		5.889	16.005
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		<u>5.842</u>	<u>5.889</u>
REDUÇÃO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>(47)</u>	<u>(10.116)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FTL - FERROVIA TRANSNORDESTINA LOGÍSTICA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
 (Em milhares de reais - R\$ mil)

	Nota explicativa	31/12/2018	31/12/2017
Receitas		154.536	148.108
Vendas de serviços	18	153.116	146.033
Outras receitas		3.994	2.298
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	19	(2.574)	(223)
Insumos adquiridos de terceiros (Inclui os valores dos impostos - ICMS, IPI, PIS e COFINS)		(66.568)	(71.088)
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos		(29.560)	(28.823)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(23.305)	(21.678)
Outras - materiais de consumo Adm/Coml e outros		(13.703)	(20.587)
Valor adicionado bruto		87.968	77.020
Depreciação, amortização e exaustão	10	(38.066)	(88.318)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia		49.902	(11.298)
Valor adicionado recebido em transferência		10.565	18.930
Receitas financeiras	20	10.565	18.930
Valor adicionado total a distribuir		60.467	7.632
Distribuição do valor adicionado		60.467	7.632
Pessoal		50.658	45.441
Remuneração direta		34.355	30.171
Benefícios		13.844	12.414
FGTS		2.459	2.856
Impostos, taxas e contribuições		31.696	29.746
Federais		18.103	16.039
Estaduais		10.772	10.973
Municipais		2.821	2.734
Remuneração de capitais de terceiros		17.237	17.688
Juros		12.009	13.038
Aluguéis		3.203	2.734
Outras		2.025	1.916
Remuneração de capitais próprios		(39.124)	(85.243)
Prejuízo do exercício		(39.124)	(85.243)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FTL – FERROVIA TRANSNORDESTINA LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO 2018

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando especificado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Ferrovia Transnordestina Logística S.A. ("FTL" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede em Fortaleza - CE, constituída em 29 de outubro de 2012, com o objetivo de explorar, por concessão onerosa, o serviço público de transporte ferroviário de carga nas faixas de domínio da Malha Nordeste.

A malha ferroviária da FTL tem sua origem na privatização da Malha Nordeste em 31 de dezembro de 1997, pela Companhia Ferroviária do Nordeste S.A - CFN (anterior razão social da Transnordestina Logística S.A. - TLSA), que incorporou os ativos existentes e o direito de concessão da malha ferroviária da antiga Rede Ferroviária Federal - RFFSA até 2027. Essa concessão previa os trechos ferroviários São Luiz - Mucuripe, Arrojado - Cabedelo e Macau - Recife (Malha I). Posteriormente a TLSA empreendeu esforços e investimentos na construção da nova ferrovia denominada Transnordestina, compreendendo os trechos ferroviários Missão Velha - Salgueiro, Salgueiro - Trindade, Trindade - Eliseu Martins, Salgueiro - Porto de Suape e Missão Velha - Porto de Pecém (Malha II).

Em 20 de setembro de 2013 foi autorizada pela ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres) no âmbito do acordo de Investimentos, pela Companhia Siderúrgica Nacional - CSN (controladora da FTL), Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A. e o Fundo de Desenvolvimento do Nordeste - FDNE, a Cisão da concessão para exploração e desenvolvimento do serviço público de transporte ferroviário de carga da Malha Nordeste, composta pela Malha I e Malha II, e a Cisão Parcial da TLSA, através das resoluções nº 4.041/2013 e nº 4.042/2013 e da deliberação nº 37/2013.

A cisão fez parte de uma proposta de segregação de ativos e passivos da Malha I e Malha II, sendo aprovada pelos acionistas da Cindida no dia 27 de dezembro de 2013. A FTL incorporou os ativos e passivos da Malha I.

Contrato de concessão

As concessionárias ferroviárias são oriundas, em sua maioria, do processo de desestatização da extinta Rede Ferroviária Federal S.A. - RFFSA. O modelo adotado no processo de desestatização da RFFSA promoveu a celebração de dois tipos de contratos com o poder concedente.

Um dos contratos trata da concessão dos serviços de transportes ferroviários de cargas e passageiros onde são estabelecidas as cláusulas para operação e os valores de outorga que devem ser pagos ao poder concedente pela concessionária. O segundo contrato é de arrendamento dos bens pré-existentes e operados pela RFFSA (ver nota explicativa nº 10), e trata da vinculação destes na prestação dos serviços ferroviários de transporte. Embora existam dois contratos com formas jurídicas distintas, a essência econômica de ambos é uma só, ou seja, a obtenção do direito de exploração do serviço público de transporte ferroviário de cargas e passageiros, assim devem ser tratados como sendo um só.

O contrato de concessão é um contrato a executar onde o pagamento da concessão é realizado em parcelas fixas pré-definidas ao longo do contrato, assim como suas obrigações, não existindo a penalidade contratual para a descontinuidade provocada pelo concessionário, não sendo requerido, desta forma o registro do valor a pagar até final da concessão.

Atualmente a FTL possui malha ferroviária operacional que conecta os estados do Maranhão, Piauí e Ceará ao longo de 1.191 quilômetros. Os demais trechos ferroviários, que compõem a Concessão nos Estados do Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas, e estão com tráfego suspenso, se encontram em processo de negociação para sua devolução junto a ANTT e DNIT.

Existe um procedimento administrativo perante a Agência Nacional de Transportes (“ANTT”) que avalia o regular cumprimento das obrigações do Contrato de Concessão pela Companhia. Em função de uma avaliação unilateral, a ANTT informou que a Companhia teria descumprido o Termo de Ajuste de Conduta (TAC) assinado em 2013 especificamente em relação ao descumprimento da meta de produção de 2013. A ANTT decidiu instaurar um processo administrativo para apurar as responsabilidades e, caso comprovada a irregularidade, poderá aplicar as penalidades cabíveis, dentre elas, a caducidade. A Companhia apresentou recurso contra esta decisão, estando o procedimento na fase de instrução e não há, até o momento, nenhuma decisão definitiva sobre o mérito.

Continuidade operacional

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia apresenta um capital circulante líquido negativo no montante de R\$ 66.004 (R\$ 56.824 em 31 de dezembro de 2017) e prejuízo de R\$ 39.124 (R\$ 85.243 em 31 de dezembro de 2017). Os ingressos de recursos na Companhia nos próximos meses, além dos decorrentes de suas atividades operacionais, serão oriundos do recebimento de créditos com partes relacionadas (ver nota explicativa nº 9 – Partes relacionadas).

Adicionalmente, a Administração vem efetuando monitoramento permanente e adotando medidas que possam impactar positivamente nas operações da Companhia.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

a) Declaração de conformidade

As presentes demonstrações financeiras incluem as demonstrações financeiras preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC)

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A autorização para conclusão dessas demonstrações financeiras foi dada pela Administração da Companhia em 26 de março de 2019.

b) Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto quando de outra forma indicado.

c) Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d) Uso de Estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas IFRS e as normas CPC exigem que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir, significativamente, dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre estimativas e julgamentos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 5 - Contabilização de perda estimada com contas a receber;
- Nota 10 - Valor residual do ativo imobilizado, análise de recuperabilidade e mudança de vida útil; e
- Nota 15 - Contabilização da provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a) Moeda estrangeira

i. Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da entidade pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data.

O ganho ou a perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do exercício, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o exercício, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do exercício de apresentação. Ativos e passivos não monetários denominados em moedas estrangeiras que são mensurados pelo valor justo, quando existentes, são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi apurado.

b) Instrumentos financeiros

A partir de 1º de janeiro de 2018 o CPC 48 foi adotado pela Companhia, sendo assim, todos os ativos e passivos estão registrados conforme a respectiva prática.

Ativos financeiros

Os ativos financeiros são classificados sob as seguintes categorias: ativos mensurados ao custo amortizado; valor justo por meio do resultado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Os ativos são classificados de acordo com a definição do modelo de negócio adotado pela Companhia e as características do fluxo de caixa do ativo financeiro

Reconhecimento e Mensuração

A Companhia classifica no reconhecimento inicial seus ativos financeiros em três categorias; i) ativos mensurados ao custo de amortização, ii) valor justo por meio do resultado, iii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Custo de amortização

Os ativos mensurados ao custo de amortização dever ser mensurado se ambas as seguintes condições forem atendidas: i) o ativo financeiros dor mantido dentro do modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxo de caixa contratuais ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificas, a fluxo de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto, a Companhia devera reconhecer suas receitas de juros, ganhos e perdas cambiais e impairment diretamente no resultado.

Valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros devem ser mensurados ao valor justo por meio do resultado apenas caso não se enquadre como ativos mensurados ao custo amortizado ou valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A Companhia devera reconhecer suas receitas de juros, ganhos e perdas cambiais, impairment justamente com outros resultados líquidos são reconhecidos diretamente no resultado.

Valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Os ativos financeiros devem ser mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente apenas quando as seguintes condições forem atendidas: i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócio cujo o objetivo seja atingido pelo recebimento de fluxo de caixa contratuais quanto pela venda de ativo financeiros, ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificas e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes são classificados em duas categorias: i) instrumentos de dívida os rendimentos de juros calculados utilizando o método do juro efetivo, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido da Companhia, em "outros resultados abrangentes". No desreconhecimento, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado, ii) instrumento de patrimônio esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido da Companhia, em "outros resultados abrangentes" e nunca são reclassificados para o resultado.

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Se o mercado de um ativo financeiro (e de títulos não listados em Bolsa) não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, análise de fluxos de caixa descontados e modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela administração da própria entidade.

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, ou seja, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

Desreconhecimento Ativos Financeiros

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Se a empresa deter substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro, ela deve continuar a reconhecer o ativo financeiro

ii) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados sob as seguintes categorias: passivos financeiros ao custo amortizado, valor justo por meio do resultado. A Administração determina a classificação de seus passivos financeiros no reconhecimento inicial.

Passivo financeiro ao custo amortizado

A companhia devesse classificar todos os seus passivos financeiros como custo amortizado exceto passivos financeiros classificados ao valor justo por meio do resultado, derivativos passivos contrato de garantia. Os outros passivos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. As despesas de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. A Companhia possui os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos, financiamento e debêntures e fornecedores

Passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado

Os passivos financeiros classificados na categoria valor justo por meio do resultado são passivos financeiros mantidos para negociação ou aqueles designados no reconhecimento inicial. Os derivativos também são categorizados como mantidos para negociação e, dessa forma, são classificados nesta categoria, a menos que tenham sido designados como instrumentos de *hedge* efetivo. Os ganhos e perdas referente aos passivos financeiros classificados pelo valor justo por meio do resultado são reconhecidos no resultado

Desreconhecimento Passivos Financeiros

Os passivos financeiros são baixados apenas quando, ele for extinto, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

ii. Capital social

Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto, quando existentes, são reconhecidos como passivo.

c) Ativo imobilizado

i. Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável ("impairment") acumuladas, quando aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui:

- o custo de materiais e mão de obra direta;
- quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e na condição necessários para

que estes sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração;

- os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados; e
- custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

O custo de um ativo imobilizado pode incluir reclassificações de outros resultados abrangentes de instrumentos de proteção de fluxos de caixa qualificáveis de compra de ativo fixo em moeda estrangeira. O software comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado) são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

ii. Gastos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

iii. Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja certo que a Companhia obterá a propriedade do bem ao final do arrendamento. Terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada exercício e eventuais ajustes são reconhecidos prospectivamente como mudança de estimativas contábeis.

d) Ativos arrendados

Os arrendamentos em cujos termos a Companhia assume os riscos e benefícios inerentes à propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial, o ativo arrendado é medido pelo valor igual ao menor valor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil. Após o reconhecimento inicial, o ativo é registrado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo.

Os outros arrendamentos mercantis são arrendamentos operacionais e não são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia.

Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio do custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques manufaturados, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na

capacidade operacional normal.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

e) Redução ao valor recuperável ("Impairment")

Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido a Companhia sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado (para recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento) tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Todos os recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma redução do valor recuperável em relação a um ativo financeiro mensurado pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis ou ativos mantidos até o vencimento. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

Ativos tangíveis e intangíveis

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os

ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo ao qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

f) Benefícios a empregados

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

g) Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

h) Receita operacional

Serviços

A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado com base no estágio de conclusão do serviço na data de apresentação das demonstrações financeiras e inclui transporte ferroviário, direito de passagem e gestão patrimonial. O estágio de conclusão é avaliado por referência a pesquisas de trabalhos realizados.

i) Arrendamentos

i. Pagamentos de arrendamentos

Os pagamentos efetuados sob arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento. Os incentivos de arrendamentos recebidos são reconhecidos como uma parte integrante das despesas totais de arrendamento, pelo prazo de vigência do arrendamento.

Os pagamentos mínimos de arrendamento efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados entre despesas financeiras e redução do passivo em aberto. As despesas financeiras são alocadas a cada período durante o prazo do arrendamento visando a produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo.

ii. Determinando se um contrato contém um arrendamento

No começo de um contrato o grupo define se o contrato é ou contém um arrendamento. Isso é o caso se as duas condições abaixo são atendidas:

- a. Cumprimento do contrato é dependente do uso daquele ativo especificado; e
- b. O contrato contém direito de utilização do ativo.

A Companhia separa, no começo do contrato ou no momento de uma eventual reavaliação do contrato, pagamentos e outras contraprestações exigidas por tal contrato entre aqueles para o arrendamento e aqueles para outros componentes baseando-se em seus valores justos relativos. Caso o grupo conclua que para um arrendamento financeiro seja impraticável a separação dos pagamentos de uma forma confiável, um ativo e um passivo são reconhecidos por um valor igual ao valor justo do ativo subjacente. Posteriormente, os pagamentos mínimos de arrendamentos efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados entre despesa financeira (baseado na taxa de juros incremental da Companhia) e redução do passivo em aberto.

j) Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos e juros sobre debêntures, quando aplicável. Custos de empréstimos e financiamentos que não são diretamente atribuíveis a aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

k) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar em relação aos exercícios anteriores.

l) Demonstração de valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BR GAAP aplicável às companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

m) Adoção das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) novas e revisadas

Alterações adotadas pela Companhia

As seguintes normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de

janeiro de 2018 e não tiveram impactos materiais para a Companhia:

CPC 48 / IFRS 9: Instrumentos financeiros

O CPC 48 / IFRS 9 estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra ou venda de itens não financeiros. Esta norma substitui o CPC 38 / IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

A adoção do CPC 48 / IFRS 9 não teve um efeito significativo nas políticas contábeis da Companhia relacionadas a passivos financeiros, ativos financeiros e instrumentos financeiros derivativos.

CPC 47 / IFRS 15: Receitas de contratos com clientes

O princípio básico do CPC 47 / IFRS 15 é que uma entidade reconhece as receitas quando ocorre a efetiva transferência do controle dos bens e serviços prometidos para o cliente e por um montante de acordo com a contraprestação à qual a empresa terá direito. Esta norma substitui o IAS 18 Receita e interpretações relacionadas

O novo pronunciamento estabelece um modelo de cinco etapas para determinar o reconhecimento das receitas de contratos com clientes, sendo:

- **Identificação do contrato:** identificar quando há um acordo estabelecido e as partes envolvidas.

- **Identificar as obrigações de desempenho:** a partir do contrato definido, analisar as promessas contratuais, afim de identificar quais itens prometidos podem ser considerados como obrigações de desempenho.

- **Determinar o preço da obrigação:** O preço de transação é o valor da contraprestação que a entidade espera receber pela transferência do controle dos bens e serviços prometidos, o valor da transação pode incluir valores fixos, valores variáveis ou ambos.

- **Alocação do preço da transação:** No momento da assinatura do contrato, o preço da transação deve ser alocado a cada obrigação de desempenho.

- **Reconhecer a receita:** O reconhecimento da receita ocorre no momento (ou à medida em que) atende uma obrigação de desempenho ao transferir o controle de um bem ou serviço para um cliente.

A Companhia não identificou impactos materiais no reconhecimento e mensuração das suas receitas a partir da aplicação do CPC 47 / IFRS 15.

Normas novas que ainda não estão em vigor

As seguintes normas e interpretações foram emitidas e serão obrigatórias para períodos contábeis subsequentes, ou seja, a partir de 1º de janeiro de 2019, 2020 e 2021 e não tiveram sua adoção antecipada pela Companhia para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018:

Norma	Principais pontos introduzidos pela norma	Vigência
IFRS16 – Arrendamento mercantil	Essa nova norma define os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de <i>leases</i> (arrendamento mercantil) e introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para os arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos de arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. Para os arrendadores, o tratamento contábil permanece praticamente o mesmo, com a classificação dos arrendamentos como arrendamentos operacionais ou arrendamentos financeiros. O IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o IAS 17 / CPC 06(R1) – Operações de arrendamento mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 5 e SIC 27) – Aspectos complementares das operações de arrendamento mercantil.	1º de janeiro de 2019
IFRIC 23 – Incertezas em relação a tratamentos tributários	Pode não estar claro como a legislação tributária se aplica a uma determinada transação ou circunstância. Essa interpretação complementa o CPC 32/ IAS 12 – Tributos sobre o lucro, esclarecendo como refletir os efeitos da incerteza na contabilização dos tributos sobre o lucro.	1º de janeiro de 2019
Estrutura Conceitual para relatórios financeiros	Revisão da Estrutura Conceitual estabelecendo um conjunto abrangente de conceitos visando a orientação sobre relatórios de desempenho financeiro; melhores definições e orientações, destacando a definição de um passivo; e esclarecimento em áreas relevantes.	1º de janeiro de 2020
IFRS 17 – Contrato de seguros	Estabelece um modelo mais complexo para reconhecer a receita de uma seguradora, pois se baseia em um modelo de fluxo de caixa descontado, ajustado em relação a esse portfólio de contrato de seguro e também por uma margem de serviço contratual.	1º de janeiro de 2021

São apresentadas a seguir, as informações sobre os possíveis impactos na adoção dos “CPC 06/IFRS 16 - Operação de arrendamento Mercantil” e “ICPC 22/IFRIC 13 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro” estavam disponíveis na preparação dessas demonstrações financeiras. Desta forma, estas avaliações preliminares e seus potenciais impactos estão sujeitas a alterações até que a adoção inicial seja divulgada nas demonstrações financeiras de 2019.

CPC 06 / IFRS 16: Operações de Arrendamento Mercantil

A seguinte nova norma foi emitida pelo IASB mas não está em vigor para o exercício de 2018. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

Com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O IFRS 16 entra em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019 e substitui o IAS 17/CPC 06 - "Operações de Arrendamento Mercantil" e correspondentes interpretações.

A administração definiu uma equipe para o projeto que revisou todos os contratos de arrendamento da Companhia durante o último ano em face das novas regras contábeis de arrendamento no IFRS 16. A norma irá afetar, em especial, a contabilização dos arrendamentos operacionais da Companhia.

A administração pretende aplicar a abordagem de transição simplificada e não irá rerepresentar os valores comparativos para o ano anterior à primeira adoção. Ativos de direito de uso relativos a arrendamentos de propriedades serão mensurados na transição como se as novas regras sempre tivessem sido aplicadas. Todos os outros ativos de direito de uso serão mensurados ao valor do passivo de arrendamento no momento da adoção (ajustado em relação a quaisquer despesas de arrendamento pagas antecipadamente ou acumuladas).

A companhia estima um impacto no montante de aproximadamente R\$ 57 milhões no reconhecimento inicial do direito de uso e passivos financeiros.

ICPC 22 / IFRIC 23: Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro

Esta interpretação tem como objetivo esclarecer como a companhia deve avaliar as incertezas na contabilização dos tributos sobre o lucro quando a legislação aplicável não estiver clara.

A companhia avaliou fatos atuais e o tratamento contábil aplicado em cada situação à luz desta interpretação, concluímos que o IFRIC 23 não traz efeitos decorrentes de posições fiscais adotadas que possam vir a ser desafiadas pelas autoridades fiscais brasileiras.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Caixa e bancos	310	441
Aplicações financeiras	<u>5.532</u>	<u>5.448</u>
Total	<u>5.842</u>	<u>5.889</u>

O saldo de aplicações financeiras está mantido em Certificados de Depósitos Bancários – CDB, remunerados por uma taxa média de 98,3% do CDI.

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS CRÉDITOS

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
<u>Circulante</u>		
Clientes	15.015	10.909
Outros créditos - Partes relacionadas (nota nº 9)	1.365	362
Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	<u>(6.044)</u>	<u>(3.470)</u>
	<u>10.336</u>	<u>7.801</u>
<u>Não circulante</u>		
TEQUIMAR (a)	1.368	1.350
Crédito com a RFFSA - Rede Ferroviária Federal S.A. (b)	<u>2.338</u>	<u>2.338</u>
	<u>3.706</u>	<u>3.688</u>
Total	<u>14.042</u>	<u>11.489</u>

(a) Valor correspondente às parcelas anuais do período de 2019 a 2027, a serem corrigidas pela variação do IGP-M, conforme o contrato de permissão de uso para construção, instalação e manutenção de desvio ferroviário e de plataformas de carregamento pelo Terminal Químico de Aratu – TEQUIMAR.

(b) Conforme contrato de concessão, as despesas assumidas pela Companhia, que eram de responsabilidade da RFFSA - Rede Ferroviária S.A., serão descontadas do valor final do arrendamento. Em função do exposto a Administração julgou, face a sua materialidade e natureza, não ser necessário a constituição de provisão para redução do valor recuperável sobre os respectivos valores.

<u>Composição da carteira por idade de vencimento</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
A vencer e vencidos até 180 dias	12.901	10.911
De 181 a 364 dias	618	-
Acima de 365 dias	<u>6.567</u>	<u>4.048</u>
Total	<u>20.086</u>	<u>14.959</u>
<u>Movimentação da perda estimada no exercício</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Saldo inicial	(3.470)	(3.247)
Adições no exercício	(4.197)	(517)
Reversões no exercício	<u>1.623</u>	<u>294</u>
Saldo final	<u>(6.044)</u>	<u>(3.470)</u>

Em 2018, foram revisadas as premissas utilizadas para cálculo da provisão, de acordo com o requerido pelo CPC 48 – Instrumentos financeiros. A Companhia constitui a perda estimada com créditos de liquidação duvidosa com base na análise individualizada da carteira de clientes, aplicando a média do coeficiente de inadimplência dos últimos 12 meses sobre os títulos a vencer e vencidos até 180 dias, e o percentual de 50% e 100% do valor do título para os títulos em aberto de 180 a 360 dias e acima de 360 dias, respectivamente.

6. ESTOQUES

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Almoarifado	9.900	6.696
Perdas estimadas em estoques	<u>(1.181)</u>	<u>(517)</u>
Total	<u><u>8.719</u></u>	<u><u>6.179</u></u>
Movimentação para perdas estimadas em estoques:		
	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Saldo inicial	(517)	(5)
Adições no exercício	(664)	(787)
Reversões no exercício	-	<u>275</u>
Saldo final	<u><u>(1.181)</u></u>	<u><u>(517)</u></u>

7. IMPOSTOS A RECUPERAR

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
ICMS sobre ativo imobilizado	6.876	7.870
ICMS a recuperar	8.807	6.804
Imposto de renda retido na fonte	6.465	5.818
Outros	<u>161</u>	<u>552</u>
Total	<u><u>22.309</u></u>	<u><u>21.044</u></u>
Circulante	9.545	8.870
Não circulante	12.764	12.174

ICMS a recuperar sobre ativo imobilizado

Em virtude do elevado volume de aquisição de ativo imobilizado, decorrente de obras de revitalização da malha ferroviária em operação, a Companhia vem gerando créditos de ICMS cuja realização está sendo efetuada à razão de 1/48 por mês, conforme preceitua a legislação vigente.

A Administração da Companhia entende que os créditos registrados e acumulados serão realizáveis no decorrer dos próximos exercícios, para compensar débitos apurados sobre as receitas operacionais.

ICMS a recuperar

Montante composto dos valores de ICMS normal e ICMS diferencial de alíquota, de aquisições de combustíveis dos Estados do Ceará, Maranhão e Piauí.

Imposto de renda retido na fonte

Montante composto principalmente por valores retidos sobre aplicações financeiras de curto prazo já resgatadas e sobre juros ativos recebidos referentes a contratos de mútuo com sociedades coligadas.

8. DESPESAS ANTECIPADAS

As despesas antecipadas estão registradas no ativo circulante, pelo regime de competência e em conformidade com as cláusulas dos contratos de seguros, serviços, entre outros, sendo apropriada mensalmente ao resultado, proporcionalmente à vigência contratada.

Tratam-se de despesas com seguros de Riscos Operacionais, Responsabilidade Civil e veículos, referente às atividades operacionais da Companhia.

9. PARTES RELACIONADAS

Os saldos de ativos e passivos relativos a operações com partes relacionadas, decorrem de transações da Companhia com sua controladora, empresas ligadas e profissionais-chave da Administração.

a) Saldos com partes relacionadas

A Companhia realizou as seguintes transações com partes relacionadas, cujos saldos em 31 de dezembro de 2018 estão listados a seguir:

	Transnordestina Logística S.A.	Companhia Siderúrgica Nacional	31/12/2018	31/12/2017
Ativo				
Contrato de mútuo (a)	118.321	-	118.321	110.604
Cessão de créditos (b)	-	14.500	14.500	49.058
Outros créditos (c)	1.365	-	1.365	362
Total ativo	119.686	14.500	134.186	160.024
Passivo				
Adiantamento para futuro aumento de capital (d)	-	13.322	13.322	26.777
Serviços compartilhados (e)	7.939	-	7.939	2.445
Outras contas a pagar (f)	5.713	-	5.713	697
Total passivo	13.652	13.322	26.974	29.919
			31/12/2018	31/12/2017
Resultado				
Receitas financeiras	7.717	2.091	9.808	16.624
Receitas com cessão predial e material rodante	1.003	-	1.003	735
Despesas com serviços compartilhados	(7.009)	-	(7.009)	(7.916)
Total resultado	1.711	2.091	3.802	9.443

(a) Contrato de mútuo - Os contratos de mútuo junto à Transnordestina Logística S.A., possuem prazo médio de dois anos, com incidência média de juros de 108,34% do CDI e IOF. Ao término do prazo para liquidação, os contratos vêm sendo postergados.

(b) Cessão de créditos - Cessão onerosa de créditos de prejuízos fiscais e base de cálculo negativa de CSLL para a acionista CSN - Companhia Siderúrgica Nacional.

Em 29 de novembro de 2013 foi assinado junto à Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) um instrumento de cessão de crédito de prejuízos fiscais e base de cálculo negativa de CSLL, com aditivo instrumental assinado em 29 de dezembro de 2015, resultando na transferência de (i) o prejuízo fiscal, no valor de R\$ 518.721 e (ii) a base de cálculo negativa de CSLL, no valor de R\$ 512.622, sobre os quais serão aplicados, respectivamente, as alíquotas de 25% (vinte e cinco por cento) e 9% (nove por cento), resultando no valor de R\$ 175.816, como crédito passível de utilização no Programa de Parcelamento, nos termos da Lei nº 12.865, de 9 de outubro de 2013 e alterações posteriores e regulamentação editada pela Receita Federal do Brasil (RFB) e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

A CSN aderiu em 29 de novembro de 2013 ao Programa de Parcelamento relativo a débitos de Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. O programa de Parcelamento permite que os valores correspondentes a multa, de mora ou de ofício ou isoladas, a juros moratórios e até trinta por cento do valor do principal do tributo, sejam liquidados com a utilização de créditos de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da CSLL próprios e de sociedades controladoras e controladas em 31 de dezembro de 2011. Desta forma, a Companhia, na qualidade de empresa controlada, permitiu, nos termos do § 2º do art. 243 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, que a CSN utilizasse seu prejuízo fiscal e/ou base de cálculo negativa de CSLL para quitação de débitos devidos no âmbito do Programa de Parcelamento, nos termos do instrumento firmado entre as partes.

Em decorrência da transação de cessão mencionada, a CSN assumiu o compromisso de pagar à Companhia o montante de R\$ 175.816, devidamente corrigido pela variação da taxa Selic. No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 houve liquidação no montante de R\$ 36.649 e a atualização monetária acumulada no período foi de R\$ 2.091.

- (c) Outros créditos – Saldos a receber referente Cessão predial e Material rodante.
- (d) Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC efetuado pela CSN. No exercício de 2018 houve a adição de novos adiantamentos no montante de R\$ 20.178 e a integralização de R\$ 33.633. A integralização de capital do saldo remanescente será realizada no primeiro semestre de 2019.
- (e) Serviços compartilhados - Pela utilização comum da estrutura administrativa pelas companhias FTL e TLSA, foi firmado um contrato de compartilhamento de despesas, que regula a metodologia de apuração e divisão dos gastos entre elas.
- (f) Outras contas a pagar - Referente a reembolso de despesas.

b) Honorários da diretoria

O pessoal-chave da Administração, que tem autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia inclui os membros do Conselho de Administração, os diretores estatutários e demais diretores.

A Companhia apresenta no quadro a seguir, informações sobre a remuneração acumulada no exercício findo em 31 de dezembro de 2018:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Benefícios de curto prazo para administradores	856	2.069

10. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

	Taxa anual de Depreciação/amortização (% a.a.)	<u>31/12/2018</u>		<u>31/12/2017</u>	
		Custo	Depreciação/amortização	Líquido	Líquido
Máquinas e equipamentos	10	26.602	(13.777)	12.825	10.136
Vagões e veículos	20	8.424	(2.167)	6.257	6.201
Benfeitoria em propriedade arrendada (a)	-	648.594	(270.395)	378.199	381.907
Trilhos	4	21.587	(7.277)	14.310	14.450
Dormentes	19,39	113.332	(70.813)	42.519	43.545
Equipamentos de comunicação	20	3.184	(1.695)	1.489	1.434
Lastro	3,33	15.494	(5.192)	10.302	10.414
Outras immobilizações	15	14.611	(1.710)	12.901	12.833
Total imobilizado em operação		<u>851.828</u>	<u>(373.026)</u>	<u>478.802</u>	<u>480.920</u>
Imobilização em andamento (b)		27.613	-	27.613	28.154
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável		<u>(279.296)</u>	-	<u>(279.296)</u>	<u>(279.296)</u>
Total imobilizado		<u>600.145</u>	<u>(373.026)</u>	<u>227.119</u>	<u>229.778</u>
Intangível	20	<u>3.182</u>	<u>(1.089)</u>	<u>2.093</u>	<u>748</u>

- (a) Refere-se a benfeitorias realizadas em propriedade arrendada, RFFSA - Rede Ferroviária Federal S.A., conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1, representadas por:

	31/12/2018	
	Vida útil estimada	Taxa anual de depreciação %
Edificações	25 anos	4
Via permanente	35 anos	2,86
Veículos	5 anos	20
Locomotivas	25 anos	4
Vagões	30 anos	3,33
Instalações	10 anos	10
Acessórios metálicos	35 anos	2,86

- (b) Refere-se a gastos incorridos na revitalização de trechos e bens utilizados para transporte de cargas na malha ferroviária atualmente em operação, representando um prolongamento da vida útil dos referidos ativos.

Revisão da vida útil

A partir de 1º de janeiro de 2017 entrou em vigor a Resolução nº 4540 da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, que regulamenta as taxas de depreciação e de amortização anuais para os ativos das concessionárias detentoras do direito de exploração de infraestrutura ferroviária.

Em janeiro de 2017 a Companhia elaborou laudo técnico de revisão da vida útil para seus principais ativos, o que confirmou a aplicabilidade e aderência da resolução ANTT nº 4540, passando a serem adotadas a partir de então, as vidas úteis que resultaram da avaliação técnica da Companhia. Em função da mudança de estimativa de vida útil dos ativos listados acima, houve incremento na despesa com depreciação reconhecida em 2017, no valor aproximado de R\$ 48 milhões.

Movimentação do exercício

	Saldo em 31/12/2017	Transferência	Adições	Depreciação/ Amortização	Saldo em 31/12/2018
<u>Imobilização em operação, líquido</u>					
Máquinas e equipamentos	10.136	3.447	58	(816)	12.825
Vagões e veículos	6.201	67	218	(229)	6.257
Benfeitoria em propriedade arrendada	381.907	28.331	3.035	(35.074)	378.199
Trilhos	14.450	10	-	(150)	14.310
Dormentes	43.545	50	-	(1.076)	42.519
Equipamentos de telecomunicação	1.434	144	-	(89)	1.489
Lastro	10.414	6	-	(118)	10.302
Outras imobilizações	12.833	175	-	(107)	12.901
Total imobilizado em operação	480.920	32.230	3.311	(37.659)	478.802
Imobilização em andamento	28.154	(33.982)	33.441	-	27.613
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável	(279.296)	-	-	-	(279.296)
Total Imobilizado	229.778	(1.752)	36.752	(37.659)	227.119
Intangível	748	1.752	-	(407)	2.093

	Saldo em 31/12/2016	Transferência	Adições	Baixa	Depreciação/ Amortização	Saldo em 31/12/2017
<u>Imobilização em operação, líquido</u>						
Máquinas e equipamentos	10.423	1.445	264	(1.346)	(650)	10.136
Vagões e veículos	6.378	-	-	-	(177)	6.201
Benfeitoria em propriedade arrendada	404.875	45.621	17.509	-	(86.098)	381.907
Trilhos	14.715	-	-	-	(265)	14.450
Dormentes	44.038	-	-	-	(493)	43.545
Equipamentos de telecomunicação	1.407	100	-	-	(73)	1.434
Lastro	10.604	-	-	-	(190)	10.414
Outras imobilizações	12.479	436	5	-	(87)	12.833
Total imobilizado em operação	504.919	47.602	17.778	(1.346)	(88.033)	480.920
Imobilização em andamento	54.368	(47.606)	21.392	-	-	28.154
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável	(279.296)	-	-	-	-	(279.296)
Total Imobilizado	279.991	(4)	39.170	(1.346)	(88.033)	229.778
Intangível	1.029	4	-	-	(285)	748

Valor recuperável dos ativos

A cisão parcial da Transnordestina Logística S.A. ocorrida em 27 de dezembro de 2013, com laudo de avaliação de data-base 30 de novembro de 2013, resultou na celebração do termo aditivo ao contrato de concessão da malha nordeste, prevendo a existência da Malha I (em operação, a qual foi incorporada pela Companhia) e da Malha II (remanescente na Companhia). Em razão disto, em 31 de outubro de 2013 a Companhia procedeu à avaliação do desempenho futuro dos seus ativos operacionais relacionados à Malha I (em operação). A análise resultou no reconhecimento de uma perda estimada por redução ao valor recuperável de R\$279.296, reconhecida no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2013. O valor recuperável desses ativos foi determinado com base no valor em uso.

A Companhia efetuou nova análise do valor recuperável de seus ativos (Impairment) na data base de 31 de dezembro de 2018, conforme exigido pelo CPC 01 e não identificou necessidade de reconhecer uma reversão ou perda estimada adicional ao valor já reconhecido. O valor recuperável desses ativos foi determinado com base no valor em uso. O valor em uso foi determinado com base nos fluxos de caixa futuros derivados do uso contínuo dos ativos relacionados, utilizando-se uma taxa de desconto para trazer esses fluxos de caixa a valor presente.

A taxa de desconto utilizada reflete as avaliações atuais de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo. Essa taxa representa o retorno que os investidores exigiriam se eles houvessem de escolher um investimento que gerasse fluxos de caixa de valores, tempo e perfil de risco equivalentes àqueles que a entidade espera extrair do ativo.

A Companhia utilizou uma taxa média ponderada de capital (WACC) para descontar os fluxos de caixa operacionais e mensurar o valor presente líquido dos ativos. Essa taxa foi calculada de acordo com o custo e a participação do capital próprio e do capital de terceiros na estrutura da Companhia, determinados conforme descrito abaixo:

- Custo do capital próprio: foi utilizada a metodologia CAPM (“Capital Asset Pricing Model”) que consiste em determinar a taxa de rentabilidade exigida pelos investidores como compensação pelo risco de mercado ao qual estão expostos. A Companhia utilizou dados atuais para determinação dos parâmetros do CAPM, dentre os quais a alíquota de IR/CSLL e o beta alavancado flutuam anualmente de acordo com as projeções e os demais parâmetros permanecem fixos;
- Custo do capital de terceiros: foi determinado de acordo com a média ponderada dos custos dos instrumentos de dívida já contratados e projetados durante o período da concessão; e
- Estrutura de capital: a participação do capital de terceiros na estrutura da Companhia foi calculada através da relação entre o saldo das dívidas a cada ano e o total de capital. Já a participação do capital próprio foi determinada através da diferença entre o VPL dos fluxos de caixa operacionais e o saldo das dívidas a cada ano, ou seja, o valor de mercado para os acionistas.

A média anual da taxa de desconto, após impostos, utilizada para mensurar o valor em uso, foi de 5,86% ao ano, resultado da utilização de WACC dinâmica que variou entre 5,42% e 6,48% ao ano durante o período projetado. As projeções de fluxo de caixa contemplaram os contratos fechados para transporte ferroviário e as expectativas de novos contratos com base nos estudos de mercado realizados. As principais premissas utilizadas nos cálculos do valor em uso em 31 de dezembro de 2018, são as que seguem:

Premissas (por ano)

Receita líquida (média até 2022) - R\$	187.259
Receita líquida (média após 2022) - R\$	258.706
Taxa de desconto após impostos – WACC <i>Post-tax</i> (real)	5,86%

Nas projeções foram consideradas informações prospectivas, elaboradas e fundamentadas em premissas internas e de consultoria especializada contratada e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

11. FORNECEDORES

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Fornecedores de insumos e serviços	14.638	14.118
Seguros	-	552
Outros	<u>1.889</u>	<u>1.547</u>
Total	<u>16.527</u>	<u>16.217</u>

12. ADIANTAMENTO DE CLIENTES

Referem-se a recebimentos eventuais de contratantes de serviços de transporte de cargas, mediante antecipação de valores conforme negociações contratuais, sendo posteriormente compensados à medida que os serviços sejam efetivamente prestados e as respectivas receitas sejam reconhecidas no resultado da Companhia, pelo regime de competência.

13. OUTRAS CONTAS A PAGAR

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Obrigações com pessoal	9.049	3.836
Arrendamento a pagar (a)	4.162	3.949
Royalties sobre exploração de bens arrendados (b)	3.400	3.649
Parcelamento TAC (c)	953	3.140
Outros	60	988
Total	<u>17.624</u>	<u>15.562</u>
Circulante	16.091	12.794
Não circulante	1.533	2.768

a) Arrendamento a pagar.

Ver nota explicativa nº 1 – Contrato de concessão.

b) Royalties sobre exploração de bens arrendados

Refere-se a percentual de contribuição sobre receitas líquidas das atividades autorizadas no Contrato de Concessão celebrado entre a Companhia e a União, que resultem na utilização dos bens arrendados pela Companhia para consecução de suas atividades operacionais.

Conforme previsto no parágrafo 5º da cláusula primeira do Contrato de Concessão, o percentual deverá ser estabelecido entre 3% e 10%, a ser fixado pelo poder Concedente, podendo ser variável entre as diversas atividades exercidas pela Companhia, respeitados os limites determinados no referido instrumento.

Encontra-se registrado o parcelamento realizado junto à ANTT, referente aos royalties sobre receitas alternativas obtidas em exercícios anteriores, no montante de R\$ 188, restando a pagar 6 parcelas mensais atualizadas pela taxa SELIC + 1% a.m..

c) Parcelamento do Termo de Ajuste de Conduta (TAC)

Refere-se ao saldo a pagar do parcelamento do Termo de Ajuste de Conduta (TAC) realizado junto à ANTT, em 6 parcelas mensais atualizadas pela SELIC + 1% a.m..

14. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Movimentação dos financiamentos no exercício:

Tipo	Vencimento	Encargos	Saldo em	Atualização	Custo de	Amortização		Saldo em
			31/12/2017			monetária	transação	Principal
BNDES (a)	2019 a 2020	TJLP + 1,5% a.a.	41.341	2.623	3	(17.719)	(2.459)	23.789
			<u>41.341</u>	<u>2.623</u>	<u>3</u>	<u>(17.719)</u>	<u>(2.459)</u>	<u>23.789</u>
Circulante			17.719					16.928
Não circulante			23.622					6.861
Tipo	Vencimento	Encargos	Saldo em	Atualização	Custo de	Amortização		Saldo em
			31/12/2016			monetária	transação	Principal
BNDES (a)	2019 a 2020	TJLP + 1,5% a.a.	58.366	4.209	62	(17.574)	(3.722)	41.341
			<u>58.366</u>	<u>4.209</u>	<u>62</u>	<u>(17.574)</u>	<u>(3.722)</u>	<u>41.341</u>
Circulante			17.523					17.719
Não circulante			40.843					23.622

(a) Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES

Financiamentos destinados à execução das obras e serviços para recuperação e modernização das instalações e equipamentos da malha ferroviária.

A atualização da TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo é efetuada em bases mensais e os juros são pagos trimestralmente a partir da assinatura dos contratos. Os financiamentos são amortizados mensalmente, em até 12 anos, sendo o primeiro a partir de dezembro de 2007 e o segundo a partir de dezembro de 2008, ambos garantidos por cartas de fianças bancárias, as quais são renovadas trimestralmente. Os financiamentos têm vencimento para 2019 e 2020.

<u>Cronograma de desembolsos - BNDES</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
2018	-	17.719
2019	16.928	16.809
2020	6.861	6.813
Total	<u>23.789</u>	<u>41.341</u>

15. PROVISÃO PARA RISCOS FISCAIS, TRABALHISTAS E CÍVEIS

A Companhia é parte (polo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

	31/12/2018			31/12/2017
	Provisão	Depósito judicial	Líquido	Líquido
Cíveis (a)	9.204	(56)	9.148	8.259
Trabalhistas (b)	14.995	(9.431)	5.564	5.149
Tributárias (c)	1.060	(129)	931	(8.678)
Previdenciárias	1.581	-	1.581	1.505
Ativos da RFFSA (d)	774	-	774	774
	<u>27.614</u>	<u>(9.616)</u>	<u>17.998</u>	<u>7.009</u>

Movimentação dos processos no exercício:

	Saldo em 31/12/2017	Adição	Reversão	Utilização	Saldo em 31/12/2018
Cíveis	8.374	1.765	(935)	-	9.204
Trabalhistas	18.164	7.170	(6.107)	(4.232)	14.995
Tributárias	1.013	51	(4)	-	1.060
Previdenciárias	1.505	76	-	-	1.581
Ativos da RFFSA	774	-	-	-	774
Total	<u>29.830</u>	<u>9.062</u>	<u>(7.046)</u>	<u>(4.232)</u>	<u>27.614</u>
Circulante	26.538				24.199
Não Circulante	3.292				3.415

	Saldo em 31/12/2016	Adição	Reversão	Utilização	Saldo em 31/12/2017
Cíveis	6.744	2.605	(798)	(177)	8.374
Trabalhistas	16.027	8.074	(2.321)	(3.616)	18.164
Tributárias	939	74	-	-	1.013
Previdenciárias	980	525	-	-	1.505
Ativos da RFFSA	774	-	-	-	774
Total	<u>25.464</u>	<u>11.278</u>	<u>(3.119)</u>	<u>(3.793)</u>	<u>29.830</u>
Circulante	22.771				26.538
Não Circulante	2.693				3.292

(a) Contingências cíveis

A Companhia é citada como ré em diversas ações pleiteando indenizações relativas a danos morais e materiais considerados pelos seus advogados como prováveis de perda, no montante de R\$ 9.204 (R\$ 8.374 em 31 de dezembro de 2017). Para essas contingências cíveis, a Companhia possui depositado judicialmente o montante de R\$ 56 (R\$ 115 em 31 de dezembro de 2017).

(b) Contingências trabalhistas

A Companhia possui diversas ações trabalhistas, cujo montante classificado como de risco de perda provável é de R\$ 14.995 (R\$ 18.164 em 31 de dezembro de 2017). Para suportar essas contingências trabalhistas, a Companhia possui depositado judicialmente o montante de R\$ 11.768 (R\$ 13.015 em 31 de dezembro de 2017). Essas ações em sua maioria são provenientes de ações movidas por Sindicato discutindo as seguintes matérias: Ticket Alimentação, Adicional de Periculosidade e horas extras (jornada de 6 horas).

(c) Contingências tributárias

A Companhia possui diversas ações tributárias, cujo montante classificado como de risco de perda provável é de R\$ 1.060 (R\$ 1.013 em 31 de dezembro de 2017). A Companhia possui depositado judicialmente o montante de R\$ 129 (R\$ 9.691 em 31 de dezembro de 2017), referente a processos tributários. Essas ações em sua maioria são provenientes de ações discutindo as seguintes matérias: ICMS, ISS, COFINS, FAP (fator de acidente previdenciário) e autos de infração.

(d) Contingências com ativos da RFFSA

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia mantém registrada provisão para fazer face a eventuais perdas com vagões de propriedade da RFFSA, que deverão ser devolvidos ao final do contrato de concessão, nas mesmas condições em que foram recebidos. Considerando o valor de mercado de um vagão em pleno uso e a estimativa de gastos com os vagões danificados encontra-se provisionado o montante de R\$ 774 (R\$ 774 em 31 de dezembro de 2017).

Outros processos

Existem outros processos avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, no montante de R\$ 112.122 (R\$ 81.230 em 31 de dezembro de 2017) para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização. Essas ações em sua maioria são provenientes de ações indenizatórias de acidentes ferroviários, autuações ambientais e verbas rescisórias trabalhistas.

Quadro resumo dos processos avaliados como de risco possível:

<u>Natureza da ação</u>	<u>Quantidade</u>	<u>Valor do risco possível em 31.12.2018</u>
Cível	124	34.868
Ambiental	18	54.518
Trabalhista	86	15.962
Tributário	11	6.774
Total	<u>239</u>	<u>112.122</u>

Abaixo as principais causas:

- a) Ação de Indenização, na esfera cível, visa indenização por danos morais e estéticos com pedido de Tutela Antecipada por acidente ferroviário. A estimativa de perda financeira de risco possível perfaz, na data base de 31 de dezembro de 2018 o montante de R\$ 1.365 (R\$ 1.234 em 31 de dezembro de 2017).
- b) Ação na esfera tributária, visa o reconhecimento da inconstitucionalidade e ilegalidade da cobrança do ISSQN sobre a cessão do direito de passagem. A estimativa de perda financeira de risco possível perfaz, na data base de 31 de dezembro de 2018 o montante de R\$ 4.224 (R\$ 4.019 em 31 de dezembro de 2017).
- c) Ação Anulatória, na esfera cível, visa anulação de oito autos de infração por descumprimento de meta referente à concessão da utilização do serviço público. A estimativa de perda financeira de risco possível perfaz, na data base de 31 de dezembro de 2018 o montante de R\$ 2.311 (R\$ 2.232 em 31 de dezembro de 2017).
- d) Ação de Cobrança, na esfera cível, relativa à pretensão da RFFSA de receber da FTL o repasse de um percentual incidente sobre a receita líquida auferida pela FTL em razão de contrato firmado entre o consórcio Railnet (do qual a FTL é parte) e a empresa Intelig. A estimativa de perda financeira de risco possível perfaz, na data base de 31 de dezembro de 2018 o montante de R\$ 2.263 (R\$ 2.199 em 31 de dezembro de 2017).
- e) Auto de Infração ambiental, no qual a Companhia foi autuada por lançar óleo ou substâncias oleosas, em desacordo com as exigências estabelecidas em leis. A estimativa de perda financeira de risco possível perfaz, na data base de 31 de dezembro de 2018 o montante de R\$ 3.840 (R\$ 3.708 em 31 de dezembro de 2017).
- f) Execução Fiscal 0813869-09.2016.4.05.8100 proposta pelo IBAMA em razão de Auto de Infração lavrado pela Autarquia Ambiental face o derramamento de óleo ou substâncias oleosas em virtude de tombamento de vagões tanque. Ação Anulatória 0024624-74.2016.4.01.3400 ajuizada antes da Execução Fiscal. Estimativa de perda financeira de risco possível perfaz, na data base de 31 de dezembro de 2018 o montante de R\$ 28.185 (R\$ 24.624 em 31 de dezembro de 2017).
- g) Processo administrativo nº 02012000341201302 decorrente do Auto de Infração ambiental nº 9076948/E, no qual a Companhia foi autuada por lançar óleo ou substâncias oleosas – 30.000 l de gasolina, em desacordo com as exigências estabelecidas em leis. A estimativa de perda financeira de risco possível perfaz, na data base de 31 de dezembro de 2018 o montante de R\$ 22.189.

16. RECEITA DIFERIDA

Refere-se ao saldo dos recursos recebidos pela Companhia, em 31 de dezembro de 2018, no montante de R\$ 5.840 (R\$ 6.602 em 31 de dezembro de 2017), sendo R\$ 3.980 decorrentes do contrato junto à Intelig Telecomunicações Ltda., para a utilização de faixas de domínio e implantação de uma rede de fibra óptica na margem da ferrovia, e R\$ 1.860 decorrentes do contrato junto ao Terminal Químico de Aratu referente à permissão de uso para construção, instalação e manutenção de desvio ferroviário e de plataformas de carregamento, ambos os contratos com vigência até o ano de 2027.

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2018, o capital social, subscrito e integralizado no montante de R\$ 464.431 e em 31 de dezembro de 2017 no montante de R\$ 430.798 estão compostos conforme abaixo:

	Quantidade de ações Ordinárias		
	<u>31/12/2017</u>	<u>Adições</u>	<u>31/12/2018</u>
Companhia Siderúrgica do Nacional – CSN	395.302.149	47.370.208	442.672.357
Taquari Participações S.A.	40.145.014	-	40.145.014
Total	<u>435.447.163</u>	<u>47.370.208</u>	<u>482.817.371</u>

A Companhia poderá, mediante deliberação do Conselho de Administração, aumentar o seu capital social independentemente de reforma estatutária até o limite de 1.000.000.000 (um bilhão) de ações nominativas, sem valor nominal.

Em 23 de maio de 2018, a Companhia aumentou o capital social em R\$33.633, mediante a emissão de 47.370.208 (quarenta e sete milhões, trezentos e setenta mil e duzentos e oito) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, ao preço unitário de emissão de R\$0,30 por ação, correspondente ao valor patrimonial líquido de cada ação, que foram totalmente subscritas e integralizadas pelo acionista Companhia Siderúrgica Nacional.

b) Reservas

- Reserva legal

É constituída a razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei No. 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

c) Resultado por ação

O resultado por ação básico e resultado por ação diluído foram calculados com base no resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, conforme o quadro abaixo:

<u>Prejuízo básico/diluído por ação</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Prejuízo do exercício	(39.124)	(85.243)
Quantidade de ações ordinárias média ponderada durante o exercício	<u>464.000.872</u>	<u>435.447.163</u>
Resultado por ação – básico e diluído (por lote de mil ações)	<u>(0,0843)</u>	<u>(0,1958)</u>

A quantidade média ponderada de ações utilizada na apuração do prejuízo diluído por ação foi a mesma utilizada para o cálculo do prejuízo por ação básico, por não haver instrumentos antidiluidores.

18. RECEITA DE SERVIÇOS - LÍQUIDA

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
<u>Receita bruta</u>		
Receita de serviços de transportes	99.245	98.309
Receita com direito de passagem	47.774	41.763
Receita com gestão patrimonial	6.097	5.962
Total da receita bruta	<u>153.116</u>	<u>146.034</u>
<u>Deduções da receita bruta</u>		
ICMS	(10.762)	(10.969)
PIS	(2.527)	(2.400)
COFINS	(11.640)	(11.052)
ISS	(2.821)	(2.734)
INSS	(1.522)	(2.163)
Deduções e abatimentos	(480)	(1.838)
	<u>(29.752)</u>	<u>(31.156)</u>
Receita líquida dos serviços prestados	<u>123.364</u>	<u>114.878</u>

Composição do faturamento por cliente (base volume serviço faturado)

<u>Cientes</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>%</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>%</u>
Maior cliente	39.484	26	22.880	16
2º e 3º maiores clientes	33.948	22	38.130	26
Outros	79.684	52	85.024	58
Total	<u>153.116</u>	<u>100</u>	<u>146.034</u>	<u>100</u>

19. DESPESAS POR NATUREZA

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
<u>Custos</u>		
Folha de pagamento	(46.066)	(39.942)
Material	(28.415)	(24.968)
Serviço	(19.867)	(18.642)
Depreciação e amortização	(31.709)	(81.308)
Total dos custos	<u>(126.057)</u>	<u>(164.860)</u>
<u>Despesas administrativas</u>		
Folha de pagamento	(3.233)	(2.714)
Material	(100)	(56)
Serviço	(10.213)	(11.066)
Depreciação e amortização	(1.919)	(1.971)
Total das despesas administrativas	<u>(15.465)</u>	<u>(15.807)</u>
<u>Despesas com vendas</u>		
Folha de pagamento	(1.076)	(906)
Serviço	(144)	(171)
Créditos não recebidos	-	(250)
Perda estimada para créditos de liquidação duvidosa	(2.574)	(223)
Depreciação e amortização	(34)	(30)
Total das despesas com vendas	<u>(3.828)</u>	<u>(1.580)</u>
<u>Outras receitas (despesas) operacionais</u>		
Provisão para riscos	(3.696)	(8.159)
Custos de ociosidade	(4.269)	(5.232)
Depreciação e amortização de bens ociosos	(4.404)	(5.010)
Outros	(1.179)	(3.264)
Total das outras receitas e despesas operacionais	<u>(13.548)</u>	<u>(21.665)</u>

20. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
<u>Receitas financeiras</u>		
Juros sobre operações com partes relacionadas	9.809	16.624
PIS e COFINS sobre receitas financeiras	-	(837)
Outros	<u>756</u>	<u>3.143</u>
	<u>10.565</u>	<u>18.930</u>
<u>Despesas financeiras</u>		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(2.623)	(4.210)
Juros sobre arrendamento	(6.597)	(5.958)
PIS e COFINS sobre receitas financeiras	(556)	-
Comissões de fianças bancárias	(1.770)	(1.695)
Outros	<u>(2.609)</u>	<u>(3.276)</u>
	<u>(14.155)</u>	<u>(15.139)</u>
Resultado financeiro	<u>(3.590)</u>	<u>3.791</u>

21. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Composição dos saldos

O valor contábil dos ativos e passivos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

Ativos financeiros	<u>31/12/2018</u>					
	<u>Valor contábil</u>	<u>Até 6 meses</u>	<u>6-12 meses</u>	<u>1-2 anos</u>	<u>2-5 anos</u>	<u>Mais de 5 anos</u>
Contas a receber (nota 5)	14.043	10.336	-	152	608	2.947
Partes relacionadas (nota 9):						
Mútuo	118.321	-	-	118.321	-	-
Cessão de créditos	<u>14.501</u>	<u>7.250</u>	<u>7.251</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Total	<u>146.865</u>	<u>17.586</u>	<u>7.251</u>	<u>118.473</u>	<u>608</u>	<u>2.947</u>
Passivos financeiros	<u>31/12/2018</u>					
	<u>Valor contábil</u>	<u>Até 6 meses</u>	<u>6-12 meses</u>	<u>1-2 anos</u>	<u>2-5 anos</u>	<u>Mais de 5 anos</u>
Empréstimos e financiamentos (nota 14)	23.789	4.449	8.892	9.201	1.247	-
Fornecedores e outras contas a pagar	<u>25.071</u>	<u>21.864</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.674</u>	<u>1.533</u>
Total	<u>48.860</u>	<u>26.313</u>	<u>8.892</u>	<u>9.201</u>	<u>2.921</u>	<u>1.533</u>

b) Critérios, premissas e limitações utilizadas no cálculo dos valores justo.

Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários.

Empréstimos e financiamentos

O valor dos empréstimos e financiamentos está sendo calculado na data de 31 de dezembro de 2018 pelo custo amortizado, sendo este o valor justo desses empréstimos e financiamentos. Dessa forma a Companhia entende que os valores contabilizados nas demonstrações financeiras pelo seu valor contábil, são substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. Os valores justos de outros ativos e passivos de longo prazo não diferem significativamente de seus valores contábeis, exceto os valores abaixo.

O valor justo desses instrumentos passivos está registrado contra o resultado.

Fornecedores e outras contas a pagar

Os fornecedores são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial.

O valor justo dos instrumentos financeiros é idêntico ao valor contábil desta forma a Companhia optou por não divulgar o quadro comparativo.

c) Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia de clientes e em aplicações financeiras.

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente. Entretanto, as políticas da Companhia visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Esse objetivo é alcançado por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes.

d) Risco de liquidez

As maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida, estão apresentadas no quadro nota explicativa nº 21 (a).

e) Risco de taxas de juros

Os resultados da Companhia não estão suscetíveis de sofrer variações significativas decorrentes das operações de empréstimos e financiamentos, visto que as taxas praticadas nessas operações possuem custo fixo ou estão baseados em TJLP, cuja variação ocorre trimestralmente. A Companhia não contrata instrumento financeiro específico para mitigar esses riscos.

f) Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Os resultados da Companhia estão suscetíveis de sofrer variações, não significativas, em função dos efeitos da volatilidade da taxa CDI sobre os valores a receber de mútuo atrelado a essa taxa, dos créditos a receber atrelados à taxa SELIC e da TJLP sobre a parte dos empréstimos e financiamentos que estão atrelados a esta taxa.

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Ativos em SELIC	14.500	49.058
Ativos em 108,34% do CDI	118.321	110.604
Passivos em TJLP	23.789	41.341

Para fins de atendimento à Deliberação nº 550 de 17 de outubro de 2008, dado a exposição do risco de oscilação da cotação, a Companhia apresenta abaixo três cenários de variação das taxas e os respectivos resultados futuros que seriam gerados. São eles: (i) cenário 1 (provável) que é adotado pela Companhia, com 108,34% do CDI à taxa de 7,16% a.a., SELIC à taxa de 6,48% a.a. e TJLP à taxa de 6,72% a.a., (ii) cenário 2, considerando um aumento e redução de 25% sobre as taxas e (iii) cenário 3, considerando um aumento e redução de 50% sobre as taxas.

Abaixo a demonstração da variação das taxas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, conforme cenário demonstrado acima:

<u>Variação positiva</u>	<u>Risco</u>	<u>Cenário provável</u>	<u>Cenário 1 (variação de 25%)</u>	<u>Cenário 2 (variação de 50%)</u>
Transação				
Empréstimo em TJLP	23.789	TJLP a 6,72% (1.599)	TJLP a 5,04% (1.199)	TJLP a 3,36% (799)
Despesa financeira				
Valores a receber em SELIC	14.500	SELIC a 6,48% 940	SELIC a 8,10% 1.175	SELIC a 9,72% 1.409
Receita financeira				
Valores a receber em 108,34% CDI	118.321	CDI a 6,95% 8.223	CDI a 8,69% 10.279	CDI a 10,43% 12.335
Receita financeira				
<u>Variação negativa</u>	<u>Risco</u>	<u>Cenário provável</u>	<u>Cenário 1 (variação de 25%)</u>	<u>Cenário 2 (variação de 50%)</u>
Transação				
Empréstimo em TJLP	23.789	TJLP a 6,72% (1.599)	TJLP a 8,40% (1.998)	TJLP a 10,08% (2.398)
Despesa financeira				
Valores a receber em SELIC	14.500	SELIC a 6,48% 940	SELIC a 4,86% 705	SELIC a 3,24% 470
Receita financeira				
Valores a receber em 108,34% CDI	118.321	CDI a 6,95% 8.223	CDI a 5,21% 6.167	CDI a 3,48% 4.112
Receita financeira				

22. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Em 31 de dezembro 2018, a Companhia possui cobertura de seguros contra riscos operacionais, com o limite máximo de indenização de R\$ 10.000 para danos materiais, R\$ 10.000 para responsabilidade civil, ambas com datas de vigências de 31 de março de 2018 a 31 de março de 2019, seguros para veículos com limite máximo de indenização de danos materiais a terceiros de R\$ 500, danos corporais a terceiros de R\$ 1.000 com vigência até 31 de março de 2019 e seguro de responsabilidade civil de transporte ferroviário com limite máximo de R\$ 2.000, com vigência até 31 de março de 2019.

23. TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETARAM CAIXA

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Compensação de depósitos judiciais com provisões para riscos	4.232	3.793
Integralização de AFAC	33.633	-
Compensação de partes relacionadas a pagar com mútuos a receber	-	4.689
Provisões para fornecedores - Imobilizado	5.690	-

* * * * *

Jorge Luiz de Mello
Diretor Presidente

Marcello Barreto Marques
Diretor Comercial e Operações

Marcelo Bezerra Duarte
CRC CE nº 026498/O-7
Contador Responsável